

Plano de Ação para Alcance da Maturidade na Governança da Estratégia				
Órgão:	Tribunal Regional Federal da 1ª Região			
Recomendações do CJF	Ações já implementadas ou propostas	% da Ação já implementada	Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
Dimensão 1 – Estrutura e funcionamento da Rede de Governança				
<p>• Há um compromisso da alta administração de que a formulação/ajustes da estratégia terão a participação de atores externos ao Poder Judiciário. Logo, recomenda-se que a atual gestão prepare o ambiente para permitir o envolvimento dos parceiros externos (IMP, OAB, Associação de Classe, Defensoria, cidadão etc.) a partir da criação de um canal efetivo de participação que possibilite a coleta de sugestões sobre como aprimorar a prestação dos serviços da Justiça Federal. A adoção dessa prática deve tornar o desenho da estratégia mais aderente às necessidades dos operadores do sistema de justiça e usuários dos serviços, o que qualificará as políticas judiciárias definidas.</p>	Realização de pesquisa com os parceiros para formulação da estratégia	0%	dez/20	SEMAD/ SECOS
Dimensão 2 - Gestão de Pessoas e da informação				
<p>• O órgão tem a intenção de realizar ações de treinamento regular em gerenciamento de processos de trabalho que inclua gestão de riscos. Logo, recomenda-se que até o fim da atual gestão, sejam planejadas/executadas ações educacionais, visando capacitar magistrados e servidores em gestão de riscos de processos de trabalho. A adoção dessa prática deve habilitar gestores a implementar ações que visem evitar ou mitigar consequências indesejadas ou potencializar as oportunidades relacionadas aos processos de trabalho, garantindo maior eficiência (uso adequado de recursos); eficácia (realização da tarefa no tempo e com a qualidade desejada) e efetividade (atendimento às necessidades dos clientes).</p>	Foi realizada ação de treinamento de servidores (gestores das unidades judiciárias e administrativas) em julho de 2019. O treinamento dos magistrados compete exclusivamente ao TRF.	100%	jul/19	SEDER/ SEMAD
<p>• O órgão realizou algumas ações para formalizar critérios objetivos para o estabelecimento do quantitativo adequado da força de trabalho. Logo, recomenda-se medidas para adequar o quantitativo de pessoal à demanda (por exemplo, por meio da técnica do Quadro de Distribuição de Trabalho - QDT), com a identificação da situação de disponibilidade dos sistemas informatizados, das não conformidades existentes nos processos de trabalho, dos gaps de capacitação. Tudo isso com vistas à elaboração do Quadro de Lotação de Pessoal - QLP das unidades, que permita servir de referencial à distribuição da força de trabalho, a partir dos recursos humanos disponíveis. Recomenda-se, ainda, comunicar a situação (excesso ou carência em relação ao QLP) da unidade à administração superior, para eventual movimentação/realocação de pessoal. A adoção dessa prática deve propiciar a identificação de necessidades de treinamento, de melhoria dos processos (eliminação ou ajustes nas atividades), de automação de tarefas e de eventuais ociosidades ou sobrecarga, a fim de permitir que a administração do Órgão adote critérios uniformes na Região para distribuição da força de trabalho.</p>	A Resolução 219/CNJ foi regulamentada pelo TRF1, que resultou na Resolução PRESI 21, de 6.7.2017 e as Seccionais aguardam a definição do Tribunal sobre a nova estrutura das unidades jurisdicionais. No âmbito administrativo, pelo Diretor do Foro, foram implementadas as seguintes alterações: 1. em 2018, reestruturação do núcleo administrativo, que foi dividido em três núcleos distintos (NUCAF, NUASG e NUTEC) com o objetivo de otimizar os trabalhos administrativos, incluindo gestão de riscos, contratação, gestão orçamentária, desenvolvimento de TI, entre outros; 2. em 2019, reestruturação do núcleo de controle interno que foi transformado em núcleo de auditoria, atendendo orientações do TCU e do TRF1, de forma a aprimorar os trabalhos de auditoria da Seccional; diversas alterações no quadro admnistrativo de modo a acomodar melhor o quantitativo de servidores observando, em especial, o déficit do quadro pela aposentaria de servidores e a alteração das demandas de alguns setores (p.ex., protocolo), tendo em vista a implantação de sistemas informatizados.	50%	A DEFINIR - pelo TRF1	DIREF/ SECAD/ SEMAD/ NUCRE
<p>• O órgão realiza algumas ações de capacitação em gerenciamento de projetos que inclua gestão de riscos. Logo, recomenda-se que o órgão continue ampliando suas ações educacionais de modo a capacitar magistrados e servidores em gestão de riscos de projetos. A adoção dessa prática deve habilitar gestores a implementar ações que visem evitar ou mitigar consequências indesejadas ou potencializar as oportunidades relacionadas aos projetos, garantindo que um maior número de iniciativas sejam concluídas com êxito (prazo, custo e qualidade esperados).</p>	Em 2018 foram treinados alguns gerentes de projeto. Pretende-se ampliar este número	20%	jun/20	SEDER/ SEMAD
<p>• A organização tomou algumas medidas para designar formalmente responsáveis da área de negócio para a gestão dos respectivos sistemas informatizados. Logo, recomenda-se realizar o inventário dos sistemas informatizados, para identificar aqueles que estão efetivamente em uso, designando o respectivo gestor, que deve ser, preferencialmente, o titular da unidade que gera os dados para o sistema ou o maior usuário das informações produzidas pela rotina informatizada. A adoção dessa prática deve permitir a melhoria da governança de Tecnologia da Informação e da Comunicação - TIC, favorecendo o aprimoramento contínuo dos sistemas informatizados e a melhoria da qualidade das informações produzidas ou custodiadas pelo órgão.</p>	O sistemas SEI, PJE e AJG já possuem os seus responsáveis formais, o Portal já possui na prática, faltando apenas a formalização do ato designando.	90%	dez/19	SESUD-SECAD e NUTEC
<p>• O órgão iniciou a implantação do processo judicial em formato digital. Logo, recomenda-se que o órgão mantenha o propósito de implantar o Processo Judicial Eletrônico - PJe, com observância à Resolução CJF n. 202 de 29 de agosto de 2012. A adoção dessa prática deve garantir ganhos de produtividade, transparência dos atos processuais, acessibilidade da informação e redução nos custos operacionais do sistema de justiça, inclusive para o cidadão contribuinte.</p>	Em 2018 e 2019 houve expansão de várias classes processuais ao PJE, restando apenas a Execução Fiscal, que ocorrerá em outubro de 2019. A Seccional promoveu vários treinamentos de PJE a servidores, inclusive de Subseções.	80%	out/19	TRF1/ NUTEC
<p>• O órgão utiliza algumas ferramentas de tecnologia da informação para gerenciamento de projetos. Logo, recomenda-se que o órgão continue implementando medidas para utilização de algum software para gerenciamento de projetos, por exemplo o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para o planejamento e o monitoramento das iniciativas de médio e longo prazo, ou aquelas de alto dispêndio financeiro, especialmente as incluídas no Planejamento Estratégico. A adoção dessa prática deve aprimorar a gestão da estratégia e das iniciativas de alto impacto financeiro, por meio da melhoria do planejamento das ações e dos gastos a elas relacionados, contribuindo para o efetivo monitoramento e a adequada comunicação das medidas realizadas e resultados alcançados, o que deve aumentar o índice de sucesso das ações planejadas.</p>	Adota o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para o planejamento e o monitoramento das iniciativas de médio e longo prazo, ou aquelas de alto dispêndio financeiro, especialmente as incluídas no Planejamento Estratégico. A adoção dessa prática deve aprimorar a gestão da estratégia e das iniciativas de alto impacto financeiro, por meio da melhoria do planejamento das ações e dos gastos a elas relacionados, contribuindo para o efetivo monitoramento e a adequada comunicação das medidas realizadas e resultados alcançados, o que deve aumentar o índice de sucesso das ações planejadas.	100%	jan/19	SEMAD
Dimensão 3 – Execução da estratégia – melhoria, inovação e controle				
<p>• Os gerentes de projetos não possuem remuneração específica ou adicional pelas atribuições designadas. Logo, recomenda-se verificar a conveniência e a oportunidade de destinar função comissionada ou cargo em comissão a serem ocupadas por servidores que atuem como gerentes de projetos nacionais ou regionais. A adoção dessa prática deve atrair servidores com competência e perfil para a função de gestor, por meio da compatibilização entre a remuneração e o nível de responsabilidade atribuído aos gerentes de projetos.</p>	Os gerentes de projeto estratégicos designados são ocupantes de cargos ou funções comissionadas de unidades da estrutura organizacional.	100%		

Recomendações do CJF	Ações já implementadas ou propostas	% da Ação já implementada	Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
<p>• O órgão realiza algumas ações inovadoras. Logo, recomenda-se criar ambiente de trabalho que estimule o aproveitamento da inteligência coletiva, a geração de ideias (brainstorming), a troca de experiência entre organizações (benchmarking), a realização de encontros voltados para inovação, o uso de metodologias (design thinking, lean etc.), o registro de lições aprendidas, a montagem de comunidades de práticas, a divulgação de ações inovadoras e outras medidas que permitam disseminar a cultura da inovação e a busca de seus resultados. A adoção dessa prática deve evitar obsolescência de produtos e serviços prestados, com maior eficiência na execução das atividades, garantindo serviços de melhor qualidade aos usuários da Justiça.</p>	<p>Foram ministrados treinamentos específicos voltados à gestão e liderança, abertos a todos os servidores e magistrados. Foi realizado treinamento de gestão de riscos aos gestores. Foi criada sala própria à Seção de Modernização Administrativa, no qual há espaço para reuniões e desenvolvimento de projetos. Foi inaugurada a sala multiuso, que é um ambiente para discussões, reuniões, planejamentos, treinamentos, entre outros, com equipamento de informática destinado exclusivamente para o local. Foi inaugurada sala de capacitação.</p> <p>Está em andamento o projeto "Chá com Bolo & Conhecimento" com objetivo de divulgar os aspectos técnicos e práticos da implementação da Gestão do Conhecimento, da Gestão Estratégica e da Gestão Socioambiental no âmbito da SIMT. O cogecon busca as boas práticas existentes na SIMT para inclusão no Banco de Boas Práticas do TRF1. Foi iniciado estudo para criação de laboratório de inovação.</p>	80%	dez/20	SECAD/SEMAD/NUCAF/NUASG

Recomendações do CIF	Ações já implementadas ou propostas	% da Ação já implementada	Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
<p>• O órgão realizou algumas ações para a elaboração do plano de riscos e implementação de ações de controles internos para mitigar riscos relacionados à execução dos processos de trabalho críticos. (por exemplo, aqueles relacionados: à execução da função judicante; ao planejamento, execução e monitoramento da estratégia; ao planejamento e à execução orçamentária; à aquisição de serviços e produtos de TI e de serviços e materiais de engenharia; à gestão da folha de pagamento, etc.). Logo, recomenda-se a imediata implementação do gerenciamento de riscos em relação aos processos críticos de trabalho. A adoção dessa prática deve favorecer o aumento da satisfação dos usuários dos serviços e o atingimento dos objetivos e metas institucionais, evitando-se desperdício de recursos, a ocorrência de não conformidades (erros, omissões, ilegalidades e descumprimento de prazos) e de retrabalho.</p>	Foi formada comissão e iniciado projeto que trata da implementação da gestão de riscos na Sectional.	20%	dez/20	Todas as unidades foram envolvidas
<p>• Há algumas ações no sentido de mapear e publicar os macroprocessos de trabalho. Logo, recomenda-se a identificação e a publicação da cadeia de valor da organização, com a explicitação da sequência lógica em que os macroprocessos de trabalho que delineiam e definem a razão de ser do órgão ocorrem. A adoção dessa prática deve permitir maior clareza da função essencial do órgão, a partir da demonstração dos inter-relacionamentos dos processos vitais da organização, além de se constituir em poderoso instrumento de comunicação organizacional, que possibilite aos colaboradores perceberem sua contribuição para a missão institucional.</p>	As cadeias de valor do TRF1 e das Seções Judiciárias estão publicadas no Portal do TRF1 em https://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/gestao-estrategica/cadeia-de-valor/ . Realizar divulgação pela SESCOS.	80%	mai/20	SECOS/SEMAD/NUTEC
<p>• Na execução do Plano de Obras (reforma e novas construções), o órgão estabelece alguma prioridade em relação àquelas de maior impacto na estratégia. Logo, recomenda-se a definição de critérios para execução de obras, de modo a garantir que aquelas de maior impacto sob o alcance de objetivos, metas e iniciativas estratégicas tenham precedência em relação às demais. A adoção dessa prática deve favorecer a execução das tarefas relacionadas à estratégia organizacional e à melhoria da qualidade do atendimento aos usuários dos serviços judiciais, com a eliminação ou mitigação de fatores restritivos ao desempenho laboral no ambiente físico de trabalho.</p>	A prática já é adotada na SJMT. Como critério foi adotada a prioridade da finalização das obras já em andamento. Para as reformas, foram priorizadas algumas de acessibilidade, sala multiuso (espaço utilizado para reuniões e trocas de experiência), sala de capacitação, sala de miriúfo de de conciliação, entre outras. Também foram executadas obras e reformas que reduzem as despesas com energia elétrica, tais como: usina fotovoltaica e instalação de aparelhos k7 para diminuir a utilização do ar condicionado central.	100%		
<p>• Algumas ações foram realizadas com vistas a priorizar a alocação de recursos humanos para execução das iniciativas estratégicas. Logo, recomenda-se a observância ao inciso V do artigo 6º da Resolução CIF n. 313 de 22 de outubro de 2014, com vistas a garantir o pessoal necessário para o desenvolvimento, implantação e manutenção das iniciativas estratégicas e alcance de metas. A adoção dessa prática deve promover maior eficácia na execução da estratégia, evitando descontinuidade das iniciativas planejadas e desperdícios decorrentes da falta de pessoal.</p>	A Seção de Modernização Administrativa tem suas atividades primordialmente voltada para a estratégia da SJMT. Alguns servidores já estão engajados no acompanhamento do planejamento estratégico, contudo a não reposição das vagas decorrentes de aposentaria faz com que estes servidores acumulem essas atribuições com suas atividades rotineiras, bem como impede o aumento do número de servidores na SEMAD.	50%	dez/20	SECAD/SEMAD/NUCRE
<p>• Algumas ações foram realizadas para garantir a disponibilidade de recursos orçamentários para todas as iniciativas estratégicas. Logo, recomenda-se a observância ao inciso V do artigo 6º da Resolução CIF n. 313 de 22 de outubro de 2014, com vistas a garantir os insumos financeiros ao desenvolvimento, implantação e manutenção das iniciativas estratégicas e alcance de metas. A adoção dessa prática deve promover maior eficácia na execução da estratégia, evitando descontinuidade das iniciativas planejadas e desperdícios decorrentes da falta de priorização na destinação de recursos.</p>	Há prioridade, dentro das restrições orçamentárias atuais, na destinação de recursos para programas e projetos que visem a estratégia da SJMT, tais como obras e reformas, treinamentos, gestão de riscos, entre outros.	100%		
<p>• O órgão realiza algumas ações para a melhoria dos processos de trabalho a partir de metodologia específica. Logo, recomenda-se a gestão de processos em observância ao referencial metodológico de gerenciamento de processos aprovado pelo Conselho da Justiça Federal. A adoção dessa prática deve padronizar procedimentos com vistas à análise de fragilidades e riscos nos processos de trabalho críticos, permitindo a eliminação de desconexões no fluxo das rotinas, maior sinergia entre equipes, eliminando retrabalhos ou atividades desnecessárias, o que deve favorecer a redução de tempo e de recursos na execução de atividades e o aumento da produtividade.</p>	Foi iniciado projeto de gestão de riscos e padronização de rotinas administrativas.	20%	dez/20	Todas as unidades foram envolvidas
Dimensão 4 – Monitoramento e avaliação da estratégia				
<p>• A organização realiza algum monitoramento em relação a performance de indicadores e metas dos processos de trabalho críticos. Logo, recomenda-se a definição de métricas para avaliar os processos críticos, por exemplo, aqueles relacionados: à execução da função judicante; ao planejamento, execução e monitoramento da estratégia; ao planejamento e à execução orçamentária; à aquisição de serviços e produtos de TI e de serviços e materiais de engenharia; à gestão da folha de pagamento etc. A adoção dessa prática deve permitir avaliar a performance operacional da organização, com vistas à melhoria da qualidade da prestação dos serviços finalísticos e daqueles de maior impacto para a sustentação da estratégia.</p>	Projeto da implantação de gestão de riscos que envolve as áreas administrativa e judicial, execução e monitoramento da estratégia através de acompanhamento das metas, criação de manual da folha de pagamento, entr outros.	100%		
Dimensão 5 – Comunicação, relacionamento institucional e transparência				
<p>• O órgão tem a intenção de promover, ao menos trienalmente, pesquisa de satisfação ou de imagem com os usuários de seus serviços, solicitando sugestões de melhoria. Logo, recomenda-se a realização periódica de pesquisa de satisfação para identificação e tratamento de sugestões, críticas e elogios em relação à prestação dos serviços jurisdicionais. A adoção dessa prática deve permitir a melhoria dos serviços prestados, em consonância com as necessidades dos usuários dos serviços judiciais.</p>	Em estudo	0%	dez/20	SECOS/SEMAD/NUTEC
<p>• Na execução do plano de comunicação são atendidos parcialmente os objetivos, a periodicidade das ações planejadas, o público alvo (conforme o tema) e os custos projetados para implantação do plano. Logo, recomenda-se que a execução das ações de comunicação seja realizada em observância ao que foi planejado, ajustando-se objetivos, periodicidade e custos constante do plano, quando necessário. A adoção dessa prática deve melhorar o nível de execução do plano de comunicação, favorecendo à disseminação de informações relativas à estratégia.</p>	Em estudo	0%	dez/20	SECOS/SEMAD/NUTEC
<p>• O órgão realiza algumas ações com vistas a conhecer o quanto servidores e magistrados compreendem a estratégia do órgão. Logo, recomenda-se a realização de pesquisa ou algum procedimento que permita conhecer o quanto os colaboradores compreendem e estão engajados com a execução dos metas e projetos estratégicos. A adoção dessa prática deve permitir que a organização ajuste seus planos de comunicação de forma a direcionar ações de divulgação que aumentem o envolvimento dos colaboradores com as estratégias organizacionais.</p>	Em estudo	0%	dez/20	SECOS/SEMAD/NUTEC